

Governo diz que manterá metas com o FMI

O aumento dos gastos do governo e a garantia de que os combustíveis não terão reajustes não comprometem as metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Elas são compatíveis com os objetivos fiscais", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Ele destacou que as decisões foram técnicas e não políticas. Admitiu ainda que novas ampliações de gastos poderão ser autorizadas até o fim do ano. "A expansão de gastos não têm qualquer relação com a popularidade do presidente", garantiu.

Ele disse que, embora o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha participado das dis-

cussões para a ampliação dos gastos, não foi dele a ordem para a expansão das despesas. Para o secretário-executivo, se a União tem indicações de que pode aumentar as despesas, não há por quê não o fazer. "Não é razoável deixar o governo espremido, se podemos dar um passo adicional mantendo a restrição fiscal intacta", argumentou.

Na divisão do bolo das despesas liberadas, o Ministério dos Transportes será o maior beneficiário, com o acréscimo de R\$ 314 milhões nos gastos. Um total de R\$ 217 milhões deverão atender a projetos do programa Brasil em Ação que estão sendo tocados por aquela pasta. Para os demais projetos, estão pre-

vistos R\$ 97 milhões. Há duas semanas, o governo havia autorizado uma ampliação de R\$ 200 milhões nas despesas previstas no orçamento do Ministério dos Transportes.

Outros beneficiados são o Ministério da Fazenda, que receberá R\$ 80 milhões, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, R\$ 66,6 milhões. Para o Ministério da Previdência Social, estão previstos R\$ 65,6 milhões. O Ministério da Saúde será contemplado com o ampliação de R\$ 50 milhões nos gastos.

PROJETOS

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme

Dias, explicou que os recursos não serão gastos em novos projetos, mas somente naqueles em andamento. "O dinheiro será gasto em projetos que já estão em andamento", garantiu.

Com a ampliação de R\$ 948 milhões para os gastos, o limite global para as despesas de Outros Custeios e Capital (OCC) — rubrica do Orçamento em que o governo tem espaço para mexer — passou para R\$ 35,2 bilhões. No contingenciamento feito pelo governo em abril, este limite correspondia a R\$ 33,5 bilhões.

Amaury Bier garantiu que o governo tem indicações de que o resultado fiscal pode ser alcançado, independentemente do

aumento das despesas destinado principalmente aos ministérios. As metas com o FMI prevêem que o governo central fechará o ano com um superávit (receita maior que despesas) de R\$ 24 bilhões este ano, correspondente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

SUPERÁVIT

Sobre a questão dos combustíveis, ele informou que o governo voltou a rever o saldo da Parcela de Preços Específica (PPE), a chamada conta-petróleo, que passou de R\$ 3,25 bilhões para R\$ 2,9 bilhões. Segundo ele, isso significa que o governo está abrindo mão de R\$ 300 milhões do superávit da conta que entra-

ria no caixa do Tesouro Nacional. Mesmo com a revisão da PPE, ele garantiu que não há perspectiva de aumento de preço de combustíveis no mercado interno.

Para cobrir a frustração de receita da conta, segundo Bier, o governo está esperando um aumento da arrecadação este mês e com a perspectiva de recebimento do estoque da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Isso com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou constitucional a cobrança da contribuição para as empresas dos setores de energia, mineração, telecomunicações e combustíveis.